

CANUDOS E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST): SINGULARIDADES E NEXOS DE DOIS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS¹

Paulo Emílio Matos Martins²

Allene Carvalho Lage³

RESUMO

A partir da origem rural comum e de suas propostas sociais reformadoras, este ensaio estuda dois movimentos sociais da História do Brasil republicano: Canudos, o Bello Monte de Antônio Conselheiro – comunidade de camponeses do sertão baiano do final do século XIX (1893 - 1897) que realizou um significativo crescimento numa das regiões mais áridas do Nordeste brasileiro e protagonizou um trágico destino e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – organização camponesa de abrangência nacional (aqui analisada através de um segmento do sertão sergipano) – cujas raízes remontam à segunda metade do século passado e que tem, como bandeira de luta, a reforma agrária e o fim do latifúndio improdutivo no Brasil.

Considerados por muitos como, respectivamente, a epopéia nacional do Sertão e o mais importante e desafiador fenômeno de transformação da sociedade brasileira dos nossos dias, esses movimentos, de diferentes contextos históricos, têm em comum o fato de serem, ambos, fenômenos da exclusão social em um país de dimensões continentais com graves problemas relacionados à concentração de terras.

Com base em um esforço de investigação documental; de observação participante (em um assentamento do MST); e de análise do discurso (oralidade) dos membros da organização e do que ficou no imaginário coletivo dos descendentes dos construtores da urbe conselheirista, a reflexão aqui proposta busca compreender as singularidades de cada movimento e seus possíveis nexos, tendo o processo de institucionalização das idéias de participação popular e de cidadania como eixo temático central.

1 - Introdução

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.”¹

Nem morreu! Canudos vive e (re)vive no seio das lutas e movimentos sociais do campo que perseguem a ideia de uma nova sociedade e lutam para transformá-la. A epopéia de Canudos continua sendo a referência de luta e de resistência e é exatamente a partir deste sentido de referência, que pretendemos voltar o nosso olhar para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra buscando encontrar singularidades e os prováveis nexos entre estes dois importantes movimentos sociais brasileiros do campo.

¹ Trabalho apresentado no painel *Lutas por Cidadania nas 'Margens' do Atlântico* ao **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Universidade de Coimbra / CES, Coimbra, 16 a 18 de setembro de 2004.

² Professor Titular na EBAPE/FGV (Brasil).

³ Doutoranda em Sociologia – FEUC / Universidade de Coimbra (Portugal); Bolsista da CAPES (Brasil).



Canudos (BA, 1893-7) foi um dos mais significativos episódios da História do Brasil. Comunidade de inspiração religiosa sertaneja que tentou o projeto de reinventar o Sertão, buscando novas formas de governo local, produção e distribuição da riqueza coletiva e integração das dimensões social e espiritual do viver comunitário. Esta experiência, considerada à sua época, grande ameaça para a ordem republicana recém-implantada, oferecia alternativas às populações privadas de seus direitos e até mesmo, de sua dignidade de ser humano. Massacrado em quatro expedições militares que envolveram conjuntamente cerca de 49,8% do efetivo do Exército Brasileiro de então e quatro forças públicas estaduais (AM, BA, PA, e SP), o arraial do Bello Monte tombou em 5 de outubro de 1897, ceifando mais de vinte mil vidas, após haver experimentado um crescimento populacional da ordem de 10 335% nos seus breves quatro anos de existênciaⁱⁱ.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por sua vez, surge quase cem anos depois de Canudos, como parte de um complexo processo de luta que, ao se reproduzir em diferentes formas, cria um elo com todas as outras campanhas travadas para a construção de uma sociedade mais justa.

Tal como Canudos, o MST luta por um novo projeto de sociedade onde haja mais inclusão, formas mais democráticas de produção e de acesso aos direitos, e distribuição mais justa de recursos, cidadania e dignidade. Como Canudos, denuncia também o vigoroso trabalho na comunicação social, financiado pelos grandes latifundiários nacionais e internacionais, para que a luta pela reforma agrária – que é a luta por um outro projeto de sociedade – seja vista, não como uma luta construída e protagonizada pelos excluídos, o que mostraria poder e capacidade organizativa, mas como uma luta protagonizada por baderneiros de modo a desqualificar perante a sociedade, os esforços de inclusão e de democratização da sociedade realizados por estes dois movimentos sociais.

Neste ensaio analisamos essas duas experiências sociais brasileiras com um olhar político, sociológico e econômico, ressaltando o caráter subjetivo de cada uma – a componente sociológico-religiosa no caso de Canudos e, a componente político-sociológica, no caso do MST –, buscando identificar as formas comuns de acesso à cidadania e de construção de novos sujeitos.

2 – Movimentos Sociais e Cidadania

Uma das perspectivas de análise dos movimentos sociais refere-se aos processos de lutas sociais voltados para a transformação das condições existentes na realidade social, no que concerne às suas carências e/ou à opressão sócio-política e cultural que lhes acometem. Neste trabalho partimos da idéia de que todo movimento social é um movimento que visa transformar a realidade de modo a proporcionar mais inclusão e cidadania. Por estarem presentes estes elementos, tanto na luta do povo de Antônio Conselheiro em Canudos, nos primórdios do período republicano, como na luta dos trabalhadores rurais do MST dos dias atuais, analisaremos a seguir as possíveis conexões que as mesmas possam apresentar.

A partir da década de 80 do século passado, muitos estudos foram produzidos acerca dos novos sujeitos sociais e do que veio a ser chamado de os novos movimentos sociais (NMS), onde, segundo Touraine (1985)ⁱⁱⁱ, essa teoria deve ser construída, tendo por base as ações coletivas, as lutas e os atores sociais, no âmbito de uma teoria dos conflitos. Assim, esse autor considera seis categorias básicas de conflito: 1 - os que perseguem interesses coletivos; 2 - os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; 3 - os que são forças políticas e buscam a mudança das regras do jogo; 4 - os que defendem o *status quo* e os privilégios; 5 - os derivados da busca de controle dos principais

modelos culturais; e 6 - os derivados da busca de construção de uma nova ordem social. Em suma, para Touraine, os movimentos sociais resultam, fundamentalmente, dos conflitos em torno do controle dos modelos culturais.

Essa visão limita, entretanto, o enquadramento de muitas experiências que na luta por inclusão social, podem não estar na defesa de seus próprios modelos culturais e sim defendendo seus direitos fundamentais.

Para Boaventura de Sousa Santos (1999)^{iv}, os NMSs trouxeram novos fatores de análise na relação regulação-emancipação e na relação subjetividade-cidadania. Neste sentido este autor identifica novas formas de opressão que extrapolam as relações de produção, tais como: a guerra; a poluição ambiental; o machismo; o racismo e o produtivismo, e defende um novo paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida. De fato, a luta por novas formas de cidadania veio enriquecer o espectro da luta do NMSs, ao incluir novas percepções de direitos que as lutas de classe do passado não consideravam. Um bom exemplo disso são as lutas sindicais por direitos trabalhistas, que nunca incluíram em sua pauta de reivindicações, a defesa da igualdade de salários entre trabalhadores e trabalhadoras.

Na relação subjetividade-cidadania, Boaventura de Sousa Santos defende ainda a idéia de que os NMSs representam a afirmação da subjetividade perante a cidadania. Acrescenta que a emancipação por que lutam não é política mas, antes, pessoal, social e cultural. Os protagonistas dessas lutas não são as classes sociais, são grupos sociais, ora maiores, ora menores que classes, com contornos mais ou menos definidos em vista de interesses coletivos por vezes muito localizados mas potencialmente universalizáveis.

Nessa abordagem, torna-se possível tratar a vertente religiosa de Canudos na perspectiva da subjetividade de seus protagonistas. Assim, a religiosidade antes de se constituir num elemento desqualificador da experiência, passa a se constituir num aspecto enriquecedor dos elementos que constituem a vida social e as redes de solidariedade. No caso da experiência dos Sem Terras, esta subjetividade se torna patente frente aos esforços para a formação política de seus integrantes. Nos dois casos essas manifestações de subjetividade resultam em novas formas de cidadania.

Recorrentemente, a Imprensa brasileira, ao divulgar fatos relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sugere que este seria uma continuação ou reedição do sangrento episódio conhecido como Guerra de Canudos, ocorrido no sertão baiano na derradeira década do século XIX – alvorecer do período republicano no Brasil -, e que enluta a nacionalidade pátria até os nossos dias com o massacre da comunidade camponesa do Bello Monte.

Seria, entretanto, razoável a associação de fatos históricos tão distantes no tempo quanto resultantes de determinantes, aparentemente tão diversos? Karl Marx, abrindo seu livro *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* ao contestar a afirmativa de Hegel de que “todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem como que duas vezes”, adverte: “uma vez como tragédia e a outra como farsa”.^v Tragédia esta que se repetiria, ou farsa que busca oculta o vigor próprio de cada episódio, é sobre esta questão que este ensaio se debruça.

3 – Canudos: O Que Ficou?

O Conselheiro e seus seguidores protagonizaram uma experiência social que, na tese euclidiana, é explicada pelo confronto entre o Brasil moderno do litoral e o universo retrógrado de seu Sertão. Com base na dialética do então desconhecido escritor fluminense,



aquele episódio seria a síntese da contraposição de duas dinâmicas sociais que se negam no encontro de diferentes estágios civilizatórios. O Brasil do litoral: cêntrico, letrado, cosmopolita, e dominador; e seu Sertão: analfabeto, pobre, servil e periférico. A análise formulada naquele celebrado épico, de certo modo antecipa as idéias que inspiram as teorias do dualismo social e da dependência, elaboradas somente algumas décadas depois.

Na reflexão que propomos, essas dinâmicas são interpretadas com base em três dimensões da práxis social e na riqueza da subjetividade que enceram. São estas: a política, a religiosa e a econômica. Assim, o estudo do modelo de organização social e do sistema de produção do Bello Monte, de Antônio Conselheiro, convida à investigação do que remanesce no imaginário da gente sertaneja sobre esses importantes vetores do universo simbólico; quiçá os mais relevantes para a compreensão da tecedura social daquele movimento.

A lógica organizacional que presidiu a fracassada tentativa de reinventar o Sertão^{vi} é aqui estudada através do modelo de sociedade que os jagunços desenvolveram, sob a liderança do *Bom Jesus Conselheiro* e que resulta, principalmente, da experiência de quase um quarto de século no qual o povo sertanejo viveu peregrinando pelos sertões, edificando obras sociais em diversas localidades e vivenciando a *pedagogia* que o *taumaturgo* de Quixeramobim elaborou, inspirada na imitação de Cristo, na luta pela sobrevivência em um ambiente hostil e, em uma economia de grande escassez, intentando a libertação de seu povo de uma ordem política autoritária, exploradora, injusta e violenta.

De acordo com essa estratégia de análise, os traços diferenciadores e identificadores do que se poderia denominar uma *ideologia conselheirista*, têm como um dos pilares de sustentação o catolicismo da gente do sertão. Essa forma de significação do transcendente resultaria dos processos de assimilação do distante cristianismo, trazido pelo colonizador ibérico para os trópicos e, do sincretismo dos elementos dessa fé com a espiritualidade dos povos pagãos, ameríndio e africano, subjugados pelo europeu invasor. Para alguns, messiânico, milenarista, sebastianista, o pensamento religioso que se consolidaria nas terras do *porá-porá-eyma*^{vii} conservaria a magia do mundo sagrado na sua versão lusitana (difundida em nosso país, principalmente, pelos representantes da Companhia de Jesus), mesclada aos interesses políticos e econômicos da Coroa Portuguesa, impostos ao colonizado por ordenações elaboradas à distância, por um governo de população muito reduzida, empenhado ao mesmo tempo na conquista dos mares e na difícil empreitada de ocupar um território de dimensões continentais e *civilizar sua gente*. De tão desafiadora missão resultaria um modelo singular de cristianismo: moralista e, contraditoriamente, licencioso; proclamador de uma fraternidade universal e, ao mesmo tempo, escravocrata; pregador da penitência purificadora e, antinomicamente, hedonista, (embriagado pela exuberância do ambiente tropical paradisíaco); autoritário (como representante oficial da metrópole exploradora) e, paradoxalmente, libertário (como porta-voz da palavra de Deus); místico e mesclado da espiritualidade dos povos-atores de nosso processo civilizatório; e pragmático na condução dos interesses econômicos da metrópole.

O segundo pilar de sustentação dessa ideologia sertaneja, provém da dimensão política de seu processo de formação e é, também, marcado pelo confronto de dois princípios antipodais: as idéias libertárias do pensamento liberal e social, forjados na Europa do Iluminismo, mais tarde, nas revoluções burguesa e industrial e no pensamento socialista do século XIX - sustentáculos dos ideais independentistas e abolicionistas-republicanos -, na realidade de um país que foi colônia até quase o final do primeiro quartel do século XIX e que praticou o modo de produção escravista, legal até a penúltima década daquele período e, em alguns casos, praticado criminalmente, até os nossos dias.

O movimento que Antônio Conselheiro liderou, como tantas outras experiências sociais inovadoras e malogradas, parece ter-se baseado num modelo político de sociedade participativa, de concepção comunitária - a fraternidade comunista primitiva cristã -, cujos referentes Conselheiro foi buscar na leitura dos Textos Evangélicos, como bem atestam suas duas obras manuscritas^{viii}, encontradas nos escombros do Santuário - morada do chefe do povo penitente e *palácio de governo* do Bello Monte.

O terceiro pilar da ideologia do movimento conselheirista: a dimensão econômica é vista no sentido restrito do seu modelo de produção. Mais uma vez, amálgama dos legados de duas culturas em confronto: de um lado, a tradição muito forte do trabalho coletivista, herdado das três principais matrizes étnicas da formação do povo brasileiro, isto é, dos *adjuntos minhotos*, das *vezeiras*, das *lamas de boi*, dos *moinhos do povo*, do *forno comum*, do *rogar*, das *vessadas*, das *segadas* e de tantas outras formas de trabalho solidário e de ajuda mútua, legadas pelo colonizador lusitano. Do *apatxiru* dos Tapirapés, do *magaru* (caça coletiva) dos Bororos e das formas assimiladas da *tupambae* (coisa de Deus) e da *amambae* (coisa do homem), estas últimas desenvolvidas pelos jesuítas da região missioneira do Sul como amálgama das tradições coletivista do aborígine com a cultura dominadora. Da *morança* dos Manjacos e das *montarias* (caça coletiva) dos Mandiga^{ix} da Guiné Portuguesa, dos *partidos de trabalho* (limpeza e lavoura coletiva do solo), dos Bambas da África Equatorial Francesa, das *ayar ayong* (cooperativas de trabalho para construção de casas, caminhos, derrubadas, etc.) dos Fang do Gabão do Norte, do *donkpê* do Reino de Dahomey^x, etc.^{xi}, contribuição das culturas africanas à formação de nossa gente. E, de outro lado, o modelo de produção da monocultura de base escravista do grande latifúndio - herança da política colonial das sesmarias e do poder absolutista do capitão-mor e, posteriormente, de seu sucessor histórico: o *coronel do sertão*.

Victor Nunes Leal (1943) assim resume os traços principais desse fenômeno político, muito forte no processo de constituição cultural de nossa nacionalidade: “Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o ‘coronelismo’ atua no reduzido cenário do governo local. Seu *habitat* são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.”^{xii} Se é verdadeiro que a organização social do Bello Monte, em grande parte, deriva de sua ideologia religiosa, é também inegável que essa religiosidade, com seu apelo cristão de construção de uma fraternidade universal, estabeleceria os traços identificadores, no processo semiótico de captura do referente *modo de produção sertanejo* e que, desse desenvolvimento, só poderia resultar uma concepção de trabalho mutualista, cooperativo, solidário ou, numa palavra: fraterno. O *adjunto* sertanejo, prática intensamente utilizada pelas comunidades rurais do sertão brasileiro, é o produto cultural mais genuíno dessa práxis laborativa. Assim, o modelo de trabalho cooperativo de ajuda mútua, originário do meio rural se sincretizaria, nos sertões brasileiros, nas formas regionais do *adjunto* ou *adjutório* cearense^{xiii}, nas *arrelias* da Paraíba, nas *faxinas* do Rio Grande do Norte, nas *tapagens*,^{xiv} nas *juntas* pernambucas, no *batalhão* ou *adjunto*, na *traição* ou *roubo* e nos *bois-roubados*,^{xv} largamente empregados na região da caatinga.^{xvi} Em outras palavras, são esses os traços ideológicos que, acreditamos, integram a semiose do referente *trabalho* no seio do movimento conselheirista, e que se desenvolveriam com a prática disseminada do modelo mutualista de produção.

Nos diversos depoimentos colhidos entre os descendentes dos seguidores do líder religioso essa hipótese parece se confirmar. Vejamos como: “Eles [os conselheiristas] trabalhavam em conjunto. Ninguém tinha nada. Todo mundo fazia roça, todo mundo trabalhava. Colheu... Colheu. Toma o seu... Toma o seu. Ninguém ficava com menos ou com

mais” [Adonel (Régis) Matos (1932), Canudos, 4 de fevereiro de 1995]. “Vamos trabalhar e se unir. Aqui todos são iguais. Eu [Antônio Conselheiro] sou igual a vocês”. [Dona. Zefinha (1916), Canudos, 6 de fevereiro de 1995]. “As casinhas eram de taipa; construídas nos mutirões. O arraial cresceu em quatro anos porque tinha ajuda de uns aos outros.” [João de Régis (1907), Canudos, 4 de fevereiro de 1995].

Também na historiografia econômica de Canudos encontramos a idéia do trabalho mutualista como prática comum no Bello Monte. Vejamos como: “A única certeza é que muitas atividades eram realizadas em mutirão, em particular a construção das casas e o trabalho da terra.” [Angelina Garcez, apud: BLOCH: 1997: 88]. “[...] Quase todo mundo admite hoje que a organização econômica do arraial inspirava-se na tradição sertaneja. Em particular, o mutirão deve ter sido uma prática corriqueira, especialmente para o trabalho da roça e a construção das casas. Essa organização econômica, porém, foi provavelmente além da simples ajuda mútua no dia-a-dia, se admitirmos que o fundo comum institucionalizava a solidariedade ao permitir a redistribuição de parte dos excedentes.” [BLOCH, 1997: 87-8].^{xvii}

Entre os cronistas-testemunhas do episódio, encontramos em Manoel Benício o mais eloquente depoimento sobre a prática do processo decisório colegiado no governo da comunidade do Vaza-Barris. Referindo-se às providências dos jagunços para o enfrentamento das forças da 4ª expedição militar contra Canudos, aquele repórter do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, registra: “Conselheiro reunira o Senhedrin e interrogou os maioraes.” [BENICIO, sic, 1899: 244]^{xviii}.

Se é verdadeiro que a lógica do capital é a da competição e que o sistema de organização econômica que se contrapõe a essa lógica é o da cooperação (produção mutualista) e ainda, que ao *mandonismo* se opõe o participacionismo, o ponto de convergência das três teses acima ocorre na equivalência semântica de suas representações nucleares: *não-mandonismo*, (doutrina) *igualitária* e ‘*vita communis*’, evocativas do modelo de administração participativa sugerido pelo teórico Edmundo Moniz, pelo *cronista-testemunha*, Manoel Benicio e, também, por Dona Zefinha, filha de conselheiristas, entre tantos outros.

O grau de institucionalização de um movimento social pode ser avaliado pela complexidade dos signos (cenográficos, coreográficos, do figurino, do discurso, etc.) socialmente pactuados e que seu sistema cultural elabora no dia-a-dia da vida comunitária. Assim, os ritos, cerimoniais, desempenho de papéis, “fabricação de heróis” e mitos, bem como as “historinhas” de cunho moral são produtos culturais reveladores do desenvolvimento institucional da organização. Uma outra possibilidade teórica de ler Canudos convida ao exercício da investigação-participante entre os descendentes dos sobreviventes da guerra e a leitura dos códigos semiológicos de um povo segundo a semiose da práxis que os engendra. Assim, as hipóteses de um modelo de administração colegiada no governo teocrático do Bello Monte, em franco processo de institucionalização, bem como a prática disseminada localmente do modo de produção mutualista de sua economia, ambos respaldados pelos relatos orais dos descendentes dos sobreviventes da Guerra de Canudos; pelos *cronistas-testemunhas* do episódio; e por estudiosos contemporâneos do tema autorizam a conclusão de que o movimento social do Bello Monte reinventa o mundo do Sertão com sua proposta voltada para a construção do que hoje entendemos por cidadania.

Da análise aqui formulada podemos inferir:

1 - Ainda que convencidos de que a economia da sociedade do Vaza-Barris foi muito pobre, como em geral o é a de quase todo o sertão brasileiro até os nossos dias, cremos que aquele povoado desenvolveu um sistema de produção primária capaz de proporcionar o auto-

abastecimento e, ainda, algum excedente, para o comércio externo, principalmente o de peles de caprinos^{xix}.

2 - Não aceitamos a idéia, algumas vezes colocada, de que o arraial sertanejo – “*antro de marginais facínoras*” – vivesse dos butins, saques e pilhagens perpetrados contra as populações vizinhas. Tal afirmativa, além de preconceituosa, pretende negar: a) a eficácia do discurso do líder contra o pecado do roubo, furto ou expropriação; denunciados claramente nas suas prédicas e, ainda hoje, muito vivo no imaginário de sua gente, conforme os depoimentos colhidos; b) o relato de diversos combatentes das forças oponentes, sobre o encontro de pertences, inclusive monetários, à exceção de armas e munição, junto aos corpos sem vida de seus companheiros; c) a lógica que populações saqueadas não são, via de regra, aliadas de seus saqueadores. O exemplo de Uauá – município vizinho ao Bello Monte, cujos habitantes abandonaram suas casas para seguir em direção e apoiar Canudos quando sua vila foi ocupada pelas tropas de Pires Ferreira durante a 1ª expedição militar, parece ser ilustrativo dessa verdade; d) a diferença entre dois personagens e momentos históricos brasileiros, freqüentemente confundidos: o jagunço de Canudos e o bandoleiro do cangaço.

3 - A invulgar capacidade de mobilização de Antônio Conselheiro, capaz de manter unida uma população somente inferior à dos 16 maiores municípios baianos, entre os 72 integrantes do Estado da Bahia de então.

4 - O talento pedagógico do Bom Jesus Conselheiro e a capacidade de planejar e organizar seu projeto de reinvenção do sertão, resumido pelos seguintes indicadores de desempenho: a) execução de mais de vinte obras sociais, tais como igrejas, cemitérios, capelas e açudes, em uma área de cerca de 25 mil quilômetros quadrados (superior à do Estado de Sergipe); b) fundação, organização e governo de duas cidades: o arraial do Bom Jesus, hoje Município de Crisópolis e o povoado do Bello Monte, na área do atual Município de Canudos; c) organização e direção, em pleno semi-árido, de um sistema produtivo capaz de abastecer uma população que experimentou, em apenas quatro anos de existência, um fantástico crescimento; d) capacidade de resistência, por quase dez meses, às investidas de ocupação militar de seu território, impostas por um exército profissional, treinado, e com superioridade de combatentes, equipamento e demais recursos.

Sim, Canudos não se rendeu!..

4 – MST: de novo o campo na mira?

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (350 mil famílias assentadas; 1800 escolas públicas nos acampamentos; 150 mil famílias vivendo nesses acampamentos),^{xx} tem sua origem no final da década de 70 do século passado, num cenário de fim de ditadura militar, abertura política e retomada do processo de democratização do Brasil. Entre as várias ações que vinham sendo realizadas para a construção do MST, uma delas tornou-se o marco do início das ações deste Movimento: a organização da primeira ocupação de terra – a gleba Macali, em Ronda Alta, em 7 de setembro de 1979, realizada por um grupo de agricultores sem terra no estado do Rio Grande do Sul, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra. Após este evento, novas ocupações ocorreram, paralelamente, nos Estados de Mato Grosso e São Paulo, impulsionando a organização dos trabalhadores rurais em vários estados do Brasil.

Em Janeiro de 1984, oitenta representantes de organizações camponesas de treze Estados brasileiros reuniram-se próximo à cidade paranaense de Cascavel e decidiram criar um movimento nacional que congregasse camponeses para reivindicar o acesso à terra. Assim, o MST nasce (re)ocupando um lugar decisivo no espaço de luta que os movimentos sociais do campo das décadas anteriores haviam iniciados.



Para o MST, a proposta de reforma agrária inclui luta contra o latifúndio, o capital, a ignorância e a favor da igualdade entre todos os brasileiros, de uma agricultura de subsistência, da preservação e da recuperação dos recursos naturais, pois o modelo de agricultura que vigora no Brasil dá prioridade às grandes fazendas, à monocultura, não existindo preocupação com o solo e sim com a produtividade e o incentivo ao uso de agrotóxico. Conhecendo essa realidade, o MST estrutura um formato de ação que vai além das ocupações de terra, inserindo-se numa perspectiva que questiona a política agrícola existente no Brasil e, desenvolve projetos para captação de recursos com o propósito de prestar assistência técnica e organizar alternativas de produção e comercialização nos assentamentos.

Ao longo desse percurso de lutas pela democratização do acesso à terra, o MST, tal como outros movimentos sociais do campo, vem constantemente sofrendo violências e repressões por parte do Estado e resistindo no seu projeto de construção de uma sociedade mais inclusiva. O Massacre do Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de Abril de 1996, onde 19 trabalhadores rurais foram executados pela polícia do Pará, ou o Massacre de Corumbiara, no estado de Rondônia, no dia 9 de Agosto de 1995, onde foram mortos pela ação da polícia 11 trabalhadores, inclusive uma criança de 7 anos, são exemplos tão escandalosos quanto vivamente contestado pela impunidade. Contudo tais ações do Estado em vez de provocar o enfraquecimento do Movimento são transformados em fatos políticos que simbolizam vitórias e resistências – e violentamente rebatidos pelo Estado - no embate político da luta pela reforma agrária.

Outras formas de violência são também praticadas com o uso da força do próprio Estado para a defesa dos interesses dos latifundiários do Nordeste. No estado de Sergipe durante o ano de 2003, a violência com que o governo João Alves rechaçava a luta pela reforma agrária atentava contra todas as formas de direitos e cidadania. “O governo do Estado mandou destruir quatro acampamentos de trabalhadores rurais sem terra às margens de rodovias estaduais, envolvendo cerca de 1.500 famílias. Os despejos iniciaram às 5 horas da madrugada, o que é ilegal. O acesso às áreas foi bloqueado. Policiais fortemente armados começaram a derrubada dos barracos – com pertences e documentos dentro - pelo Acampamento Milton Santos, em 4 de agosto, no município Nossa Senhora da Glória, sertão sergipano. Utilizaram inclusive bombas de gás. Alguns trabalhadores foram agredidos. A ação irregular e violenta do governo estadual prosseguiu em 8 de agosto, em três acampamentos no Sul do Estado. Em um deles, o 8 de agosto, em Nossa Senhora do Itanhy não havia ordem judicial de despejo. No Acampamento Santa Rita do Gavião, na rodovia que liga os municípios de Indiaroba e Umbaúba, os trabalhadores estavam no local há três anos – já tinham até produção. A escola também foi destruída. No Milton Santos, Nossa Senhora do Itanhy, solidariedade à luta dos sem terras: as famílias montaram o acampamento vizinho ao anterior, numa área cedida pelo pequeno produtor Luiz Fernando Silveira. Os demais acampamentos também foram reconstruídos em locais próximos aos derrubados. Em 11 de agosto, o governador João Alves (PFL) assumiu o compromisso de suspender as reintegrações de posse nas rodovias estaduais. Espera-se que honre a palavra. (Jornal Sem Terra, número 232, Agosto de 2003, página 7).

No entanto, mesmo tendo que enfrentar toda a violência do Estado que visa frear a luta do MST, a cada ano inúmeras famílias ingressam na luta organizada por este Movimento. Assim a adesão das famílias do campo ao MST – à luta pela reforma agrária no Brasil e por um novo projeto de sociedade -, parece atrair cada vez mais, famílias de agricultores sem terra, por um lado pela possibilidade que vislumbra de conquistarem seu pedaço de chão e pelo outro por não terem outra alternativa para tal conquista. Ao indagar a João Daniel – Direção Estadual do MST em Sergipe – sobre o que motiva as pessoas a ingressarem na luta do MST, a viverem dias, meses e até anos em barracos lutando pela terra, ouvimos a seguinte



resposta: “O principal motivo que une é a certeza de que elas não têm outra alternativa. Porque não há outra alternativa, porque não há alternativa de emprego, não há alternativa de... Segundo, é que elas enxergam no MST e no acampamento uma possibilidade real de se conseguir um pedaço de chão, uma casa, algum crédito e construir uma vida melhor do que vivia antes. [...] Então eu acho que o que garante a família a permanecer é a perspectiva real de que ela vai melhorar de vida.” (João Daniel, Diário de Campo de Allene Lage: 30/09/2003)^{xxi}.

De fato, foi possível identificar nas conversas com os Sem Terras do Assentamento Jacaré-Curituba (Sertão de Sergipe) duas idéias principais sobre a adesão deles à luta do MST. A primeira era a de que ser Sem Terra era a única alternativa e possibilidade de mudarem a vida que levavam, e a segunda era a de que a luta pela reforma agrária constituía-se na única porta de acesso para a conquista de alguma dignidade, enquanto seres humanos, e alguma cidadania, enquanto cidadãos e cidadãs. Sendo estas perspectivas que mobilizam, e vem mobilizando, milhares de pessoas a enfrentarem as duras condições da vida nos acampamentos dos Sem Terras.

O Assentamento Jacaré-Curituba - onde foi realizado o trabalho de campo aqui utilizado como parâmetro de análise -, nasceu da ocupação da Fazenda Alto Bonito ocorrida no dia 12 de Março de 1996 realizada por mais de 2000 Trabalhadores Rurais Sem Terra e onde foram assentadas 700 famílias. Esta fazenda em conjunto com outras fazendas, fazia parte de um grande projeto de irrigação destinado a 80 empresários financiado pelo governo estadual. Entretanto sem o projecto de irrigação concluído – previsto para Dezembro de 2000 - e as obras paralisadas, a irrigação tão sonhada pelas 700 famílias assentadas ainda não virou realidade e a seca continua sendo uma constante limitação na vida destes assentados. A memória muito presente dos dias do acampamento para a conquista da terra, faz com que a grande maioria das famílias resista aos prolongados ciclos de seca, criando e recriando estratégias de convivência e sobrevivência com as ausências de chuvas. Este Assentamento está estruturado em 36 grupos de 20 famílias organizadas em agrovilas. Há um dirigente para cada bloco de 6 grupos de famílias que formam a Direcção Reduzida do Assentamento e, há ainda, um coordenador para cada grupo de família. Numa perspectiva transversal, têm-se ainda na gestão do assentamento os coletivos de setores da região - Educação, Saúde, Produção, Formação, Gênero, Frente de Massa e Comunicações - que visam tratar das questões relacionadas com essas áreas.

Durante o trabalho de campo realizado neste Assentamento – de Junho à Outubro/2003 - e convivendo de perto com as estratégias de resistência e de luta foi possível identificar, as seguintes questões:

- 1 - O maior legado é a Organização e a Luta. Ser um grupo organizado é a grande riqueza que a maioria dos Sem Terras consideram possuir, mais do que a terra conquistada. Acreditam que manter o Movimento dos Sem Terras forte e com uma história de luta e conquista viva é sem dúvida, um legado que possibilitará aos seus descendentes viverem numa sociedade mais justa. Acreditam no MST e se sentem parte dele. Por outro lado a história que cada um carrega somado as histórias colectivas de Luta, os fazem mais fortes e mais emancipados frente a outros grupos não organizados e, consideram isto o grande legado que deixarão para seus filhos.
- 2 - As mobilizações são as principais formas que os Sem Terras têm de pressionar os poderes locais e reivindicar direitos. Nem todos participam conscientemente das mobilizações, mas entre as pessoas que foram indagadas, todas sabiam responder sobre o que estavam reivindicando. Algumas diziam claramente que participar das mobilizações era um dos momentos que se sentiam mais importantes e, o que mais apreciavam era uma mobilização com um grande número de Sem Terras, pois isto mostrava à sociedade o poder de mobilização

que têm. Nestas ocasiões sentem-se importantes e sujeitos da Luta pela reforma agrária.

3 - Nem todos os assentados passaram por um processo de formação política, mas o fato de terem se organizado para a ocupação, terem vivido no acampamento e participado das várias ações e mobilizações do Movimento, os envolveram num vívido processo de formação política e de militância. Fazem questão de participar de reuniões e discussões sobre o assentamento e as ações do Movimento. Estas experiências os capacitaram a pensar no ideário de uma sociedade socialista, apesar da maioria não saber bem o que significa isso. No entanto afirmam ser esta, uma sociedade mais justa e com uma maior participação de todos nas discussões e decisões. Aliam a ideia de socialismo com a ideia de coletividade.

4 - Existe uma cooperativa regional que já está pronta, inclusive com alguma infra-estrutura e com um número pequeno de associados, mas devido os frequentes ciclos de seca – e sem a prometida irrigação - não existe uma produção visível. Os assentados e assentadas, por sua vez e de modo geral, percebem o papel que uma cooperativa pode desempenhar no assentamento, tanto para organizar quanto para comercializar a produção, que acreditam que alcançarão no futuro irrigado. Por outro lado têm várias outras experiências coletivas na lida diária e no âmbito de grupos de famílias, como por exemplo o rodízio de pastos e trabalhos em conjunto. Importa, no entanto, referir, que há uma busca constante por alternativas coletivas para os problemas quotidianos.

5 - A educação é sem dúvida uma prioridade do MST e é um projeto transformador. O comprometimento do grupo de educadores formados pelo próprio Movimento utilizando-se de pedagogias freireanas, em prol da alfabetização de jovens e adultos no Assentamento, constitui-se também num projeto de militância, pois desenvolvem ações permanente de alfabetização com ou sem recursos. Por outro lado as ações cruzadas e reivindicações neste campo por parte dos coletivos de educação do Movimento têm trazido significativos avanços na escolarização dos Sem Terras.

Concluindo, a experiência de uma pesquisa-participante, residindo com uma família de Sem Terras, vivenciando e trabalhando entre os camponeses do assentamento Jacaré-Curituba no estado de Sergipe (antigo sítio de formação do grupo de seguidores de Antônio Conselheiro), nos aponta no sentido de que a subjetividade da *bandeira de luta* do MST, associada à sua *pedagogia* de esclarecimento para a tomada de consciência, parece representar aquela afirmação da subjetividade perante a cidadania a qual se refere Boaventura de Sousa Santos (1999).

5. Singularidades e Nexos de Dois Movimentos Sociais Brasileiros

Mais de um século após a destruição de Canudos os trabalhadores rurais do Brasil ainda enfrentam os mesmos problemas oriundos da grande concentração de terras, exclusão social e da forma espúria como, muitas vezes, a relação capital-trabalho se manifesta no país. Os mesmos vetores determinantes do projeto de transformação do campo intentado pelos seguidores de Antônio Conselheiro no seu Bello Monte de trágico destino.

Se, por um lado, a estrutura agrária brasileira segue conservadora, poderosa e violenta na defesa de seus interesses e do regime de latifúndios, e em boa medida apoiada pelo Estado, por outro, milhões de trabalhadores rurais continuam sem acesso à terra para viver e trabalhar, reproduzindo, assim, a mesma exclusão social do final do século XIX.

Entre os possíveis nexos que esses dois movimentos sociais brasileiros podem manter entre si e que este breve ensaio pôde detectar, destacamos:



1- Movimentos de luta contra a exclusão social: em ambos os movimentos a luta pela exclusão continua sendo protagonizada e reivindicada pelos excluídos. As alternativas emancipadoras saem do seio da luta e são construídas por meio das diversas formas de resistência criada no esforço por inclusão social;

2 - Tentativa de construção de uma nova ordem fundiária e de relações de produção de base cooperativa: a luta por um novo projeto de sociedade contempla novas relações de produção e de redistribuição de recursos. A inclusão social deverá estar ancorada numa perspectiva econômica mais solidária e mais democrática.

3 - Explicitação da violência do Estado na defesa das classes dominantes: apesar de vivermos num regime político de Estado democrático, este ainda não conseguiu democratizar as relações de poder. A desigualdade das relações econômicas se faz representada na mesma medida dentro do Estado, na defesa de seus interesses e na manutenção de seus privilégios;

4 - Afirmação da subjetividade tanto pode ser por meio na fraternidade cristã (no caso de Canudos) como na tomada de consciência política (caso do MST) como também em outras formas. O que importa é que o caminho escolhido promova a inclusão do sujeito como ator importante na construção da sociedade. A subjetividade anda de par com o sentido de identidade e de pertença a um grupo social;

5 - A adesão à luta como alternativa para conquista da cidadania: o sentido de cidadania se expressa e se concretiza de forma mais intensa nos processos de democracia participativa. Por outro lado a construção participativa de espaços de luta abre caminhos para formas de cidadania mais intensas, criando alternativas para acesso aos direitos à grupos sociais que sempre estiveram excluídos da vida social.

Por fim, com a identificação destes possíveis nexos não queremos dizer que o MST é uma nova Canudos ou a reencarnação desta, mas sim que estes dois movimentos sociais são protagonistas de avanços importantes no difícil processo de democratização da sociedade brasileira. A luta do campo constitui-se num longo e demorado processo de várias lutas que vão deixando experiências e sementes para que novas formas de resistências continuem a surgir e a lutar contra as mais variadas formas de exclusão social.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

ⁱ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. Edição, Prefácio, Cronologia, Notas e Índices: Leopoldo M. Bernucci. 2ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial / Imprensa Oficial do Estado / Arquivo do Estado, 2001 (original publicado em 1902), p. 778.

ⁱⁱ Sobre a demografia de Canudos ver: MARTINS, Paulo Emílio Matos. *Os Videntes do Bello Monte – Considerações Sobre o Tamanho do Arraial Conselheirista na Crônica Literária e no Imaginário Sertanejo*. In: ALMEIDA, Ângela, ZILLY, Berthold e LIMA, Eli Napoleão de. *De Sertões. Desertos e Espaços Incivilizados*. Rio de Janeiro, FAPERJ: Mauad, 2001, p.131-140.

ⁱⁱⁱ TOURAINE, Alain. *The Study of Social Movements*. In: *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 749-87.

^{iv} SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo, Cortez, 1999.

^v MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. 2ª. Ed. Trad.: José B. Moura e Eduardo Chitas. Lisboa / Moscovo. Avante! 1982.

^{vi} Ver: MARTINS, Paulo Emílio Matos. *A Reinvenção do Sertão: A Estratégia Organizacional de Canudos*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

^{vii} Do tupi: Lugar despovoado, estéril, asilo predileto do tapuia perseguido pelos caçadores de índios.

^{viii} Ver: CONSELHEIRO, Antônio Vicente Mendes Maciel. *O Santo Evangelho de Jesus Cristo* (e outros manuscritos), Bello Monte, 1895. (Documento do acervo do Núcleo Sertão da Universidade Federal da Bahia); e CONSELHEIRO, Antônio Vicente Mendes Maciel. *Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por*

Ocasão do Mistério da Anunciação e outros manuscritos). Bello Monte, 1897. (Documento desaparecido. Reprodução fac-similar IN: NOGUEIRA, Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos – Revisão Histórica. São Paulo, Nacional, 1974.

^{ix} Habitantes do norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros *malé* e no Rio de Janeiro como negros *alufá*, etnia-matriz de considerável número de escravos trazidos para o Brasil.

^x Designados de *gegê* e, como os Mandiga, também importados como braço escravo para a construção de nossa civilização tropical.

^{xi} Ver: CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão: Formas de Ajuda Mútua no Meio Rural*. São Paulo., Nacional, 1956.

^{xii} LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975 (1ª ed.: 1949), p. 251.

^{xiii} Experiência social do, também trágico, episódio do Caldeirão do beato José Lourenço.

^{xiv} Fechamento de um braço do rio para pesca coletiva.

^{xv} Denominações devidas ao sentido de surpresa que esses modelos de ajuda mútua assumem.

^{xvi} Ver: CALDEIRA, op.cit.

^{xvii} BLOCH, Didier (org.). *Canudos 100 anos de produção: vida cotidiana e economia dos tempos do Conselheiro até os dias atuais*. Bahia: Editora Fonte Viva, 1997.

^{xviii} BENICIO, Manoel. *O rei dos jagunços: chronica historica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*: documentada e comentada por Manoel Benicio; ex-correspondentes do Jornal do Commercio junto ás forças legais contra Antonio Conselheiro. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues e C., 1899.

^{xix} WOLSEY (Cesar Zama - médico e deputado provincial e federal baiano), 1899: 54, afirma: “Aquella povoação proporcionava ao Estado pingue fonte de receita do imposto de exportação de peles.” In: WOLSEY (Cesar Zama). *Libello republicano acompanhado de commentarios sobre a campanha de Canudos por Wolsey*. Bahia: Typ. e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1899. 61p. In: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, Salvador, nº 139, 1989.

^{xx} Ver sitio na Internet: <http://www.mst.org.br>

^{xxi} LAGE, Allene Carvalho. *Vozes e memórias das “margens” do Atlântico: O cotidiano de uma experiência com o Movimento dos Sem Terras no Sertão de Sergipe. Diário de campo do Brasil*. (documento interno - 448 páginas). Coimbra: CES/FEUC, 2003

BOGO, Ademar. *Lições de luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001

MST. *Construindo o caminho*. São Paulo: MST, 2001